

Título: Entre territórios, imagens e memórias: um estudo sobre repercussões e desdobramentos da autodemarcação das terras indígenas entre os Tupinikim no Espírito Santo

Lígia Moysés Nascimento¹

Como meu caminho cruzou o caminho dos Tupinikim e Guarani

A graduação em Comunicação Social, com habilitação em Rádio e Televisão, proporciona um campo de atuação no mercado de trabalho bem estendido. A formação permite, dentre inúmeras outras coisas, que o profissional de comunicação escreva roteiros, dirija filmes ou vídeos- tanto publicitários quanto ficcionais, documentários, etc. – elabore a concepção de iluminação destas produções, sua edição, a produção executiva (captação de recursos) para a sua realização, fotografe, filme, edite... Inúmeras possibilidades se abrem durante a graduação e especialmente a fotografia e o vídeo documentário me seduziram,

Um ano após ter finalizado a graduação, um colega cineasta me faz um convite que, a princípio me fez tremer as pernas, mas logo esta tremedeira inicial se transformou numa excitação incontrolável pelo que estaria por vir. Fui convidada a ser intérprete e instrutora em uma oficina de vídeo participativo² que estrangeiros (uma estadunidense e uma inglesa) da organização não-governamental Carbon Trade Watch³ realizariam em uma região de Minas Gerais no distrito de São José do Buriti, às margens da Represa Três Marias.

Nesta localidade uma empresa multinacional estava – e está ainda hoje- derrubando paulatinamente a vegetação nativa de restinga para a produção de carvão vegetal para uma refinaria de petróleo em Grangemouth (Inglaterra) a partir da plantação, em larga escala, de monoculturas de eucalipto. O excedente desta plantação, que não é transformado em

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Técnica de vídeo utilizada quando a intenção é que os sujeitos da intervenção sejam capacitados tecnicamente para garantir a autonomia de sua interlocução.

³ <http://www.carbontradewatch.org/>

carvão, é vendido para a empresa produtora de celulose Aracruz Celulose/FIBRIA, localizada no norte do estado do Espírito Santo.

Foi preciso conhecer a realidade do distrito de São José do Buriti (MG) para retornar à realidade do município de Aracruz, estado do Espírito Santo, meu ponto de partida. Foi através da aproximação com uma realidade outra que voltei meus olhos para a minha realidade. Ainda em São José do Buriti, tive a informação de que, em conflito com a mesma empresa que comprava o eucalipto lá produzido, índios Tupinikim e Guarani desflagariam pela terceira vez a autodemarcação de seu território tradicional no litoral norte do Espírito Santo, também ocupado por plantação em larga escala de eucalipto.

Quase como um *continuum* do trabalho realizado em Minas Gerais, fui convidada pela FASE⁴ a fazer o registro documental, fotográfico e videográfico do processo de autodemarcação, especificamente a ação. Foi neste contexto, no ano de 2005, que tive o primeiro contato com a situação de conflito em que se encontravam os indígenas no município de Aracruz, e posteriormente em âmbito nacional.

⁴ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. <http://www.fase.org.br/v2/index.php>



Ilustração 1: Indígenas no meio do eucaliptal durante a autodemarcação.

Transcorridos cinco anos desde o momento de minha aproximação com a questão indígena e a terceira autodemarcação dos Tupinikim e Guarani, o processo autônomo de recuperação e reconhecimento legal do seu território teve um longo e penoso percurso jurídico/burocrático envolvendo, além das comunidades indígenas, atores institucionais como a FUNAI, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, entidades de apoio como ong's nacionais e internacionais, a empresa Aracruz Celulose/FIBRIA, a população não indígena do município e particulares, resultando, em 2010 na devolução aos Tupinikim e Guarani de 18.154ha⁵ e num acordo entre as partes, regulamentado a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁶.

Atualmente o território reconquistado está sendo parcialmente utilizado pelos indígenas de várias formas: abrindo espaços para atividade agrícola e a criação de animais,

⁵ “(...) demarcação administrativa das Terras Indígenas (TIs) Tupiniquim, com superfície de 14.282 hectares, e de Comboios com 3.872 hectares, ambas localizadas no município de Aracruz, no Espírito Santo”. Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.html>

⁶ O TAC é um Instrumento extrajudicial por meio do qual as partes se comprometem, perante os órgãos legais, a cumprirem determinadas condições, sobre um assunto específico.

comercializando os eucaliptos plantados na área, etc, propiciando um movimento de reapropriação que comporta a reconstrução de antigas aldeias e o retorno dos indígenas a estes locais ocupados antes de sua destruição pela Aracruz Celulose/ FIBRIA.

É neste contexto - quando o território tradicional é restituído e reapropriado pelos indígenas – que surgem os questionamentos acerca das modalidades de reorganização da vida cotidiana dos Tupinikim nas áreas retomadas.

As perguntas que surgem durante o caminhar

Após cinco anos, retorno às aldeias no esforço de procurar entender as repercussões, em termos de mudanças e transformações no cotidiano Tupinikim, que podem ter sido provocadas pelo processo da autodemarcação e quais são os efeitos destas conexões nas formas materiais e simbólicas de reapropriação da terra nos espaços à eles restituídos.

O território que foi reconquistado através de embates políticos ao longo de quase meio século pode tornar-se ainda mais significativo quando, indo além das ações de autodemarcação anteriores, agora os indígenas voltam a ter acesso, de forma permanente, a este território. O eucalipto antes plantado em território indígena e usado por eles de forma ilegal hoje tem seu valor de uso legitimado pelo estado. No atual momento, a utilização do eucalipto para a reocupação das antigas aldeias é significativo pela fonte de renda que se origina de sua venda, que pode ser empregado pelos indígenas de diversas formas, essas, que considero importante identificar.

O que se busca entender é como se dará a “nova” relação que estabelecerão com estes espaços, antes já preenchidos de significados por gerações passadas. Antes, onde hoje estão sendo erguidas “novas” aldeias, a mata nativa as circundavam, com todos os sentidos contidos nela e nas formas de interação estabelecidas pelos Tupinikim. O que significa para eles a reconstrução destas antigas aldeias no meio do eucaliptal e, ainda, que memórias serão construídas em torno da possibilidade de retornar a estes espaços? Procurar entender

como se darão estas novas dinâmicas, pautadas nas memórias deste lugar que não existe mais, ao menos fisicamente, pode ser uma das formas de compreender os Tupinikim no âmbito de sua organização social cotidiana. Acerca do papel da memória na reconstrução da identidade Tupinikim nestes espaços novamente acessíveis, Pollak afirma que:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992).

Se contribuições de grupos subalternos tornam-se necessários por vivenciarmos uma fase histórica onde os valores étnicos antes escondidos e dissimulados hoje emergem como forma de afirmação das diferenças existentes em escala local, nacional e internacional, acredito que o estudo das transformações vividas pelos Tupinikim, decorrentes da autodemarcação no ano de 2005, contribui para a compreensão das múltiplas formas de afirmação étnica que povos indígenas desencadeiam para o reconhecimento de suas especificidades, como sujeitos de direito, no âmbito do contexto político e cultural do estado brasileiro.

A re-insurgência da identidade Tupinikim, antes relegada à condição pejorativa de caboclo escondido, é um fenômeno etnopolítico recente no âmbito da história indígena no Brasil, alicerçado na memória e com desdobramentos imbricados nas formas de resistência, manutenção e recriação de seu modo de vida tradicional (OLIVEIRA, J. P. 1999).

A escolha metodológica da fotografia- e da cartografia social no estudo que pretendo desenvolver, foi feita por entender a imagem como importante instrumento na produção do conhecimento, sendo que, “a fotografia, como um dos principais artefatos da cultura visual, tem o poder de proporcionar uma síntese, por meio de uma linguagem não-verbal (Lima, 1988), entre o fato documentado, o recorte do real, e as interpretações elaboradas sobre ele.”⁷

⁷ SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. Cultura visual e afirmações identitárias: novos processos de reconhecimento social. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007. Acesso em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/sergio_silva.pdf

A respeito da cartografia social, pretendo trabalhar a partir de mapas territoriais referentes a localização geográfica dos Tupinikim, de cuja leitura oficial se apropriaram ao longo da luta pela terra. Pretendo suscitar condições para a emergência dos sentidos e saberes sobre o território que permitem a apropriação “em seus próprios termos”(GEERTZ, 1998) e a resignificação simbólica destes mapas. Os mapas ditos “participativos” ou de “cartografia social” vêm contestar o monopólio estatal da representação do espaço, acrescentando um “surplus” de legitimidade a atores emergentes, novos “sujeitos de mapeamentos”, envolvidos na disputa cartográfica”(ASCELRAD, 2010).



Ilustração 2: Índio Guarani registra a autodemarcação.

É através da fotografia – tanto as fotografias produzidas por mim durante a autodemarcação quanto as fotografias que os sujeitos indígenas produzirão - e da cartografia social que pretendo estimular o trabalho das memórias construídas em torno da autodemarcação e identificar suas influências no cotidiano Tupinikim, especificamente dentro do contexto da reconstrução de antigas aldeias, no qual emergem as lembranças que são fenômenos

coletivos e sociais (POLLAK, 1992), sendo que o que está em jogo na memória é o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989).

O caminho teórico que começo a percorrer

As leituras feitas, até agora, acerca dos estudos sobre os Tupinikim convergem seu foco de análise para as reivindicações fundiárias iniciadas desde a década de 70 do século passado. A afirmação étnica dos Tupinikim a partir da “fricção interétnica” (Oliveira, 1978), da situação de conflito com performance política em torno da luta pela terra, da reorganização espacial segundo as concepções dos órgãos governamentais de tutela convergem para a forma atual que Sandro José da Silva denomina de “cultura territorial”⁸.

Se as formas organizacionais desenvolvidas pelos Tupinikim giram, ou giravam, em torno da luta política para a demarcação de seu território, como se dá a reocupação das áreas demarcadas no momento em que a reivindicação de meia década foi atendida?

Desde o momento da autodemarcação antigas aldeias estão sendo reerguidas e reocupadas pelos indígenas. Sugiro que, num primeiro momento, em 2006? se tratou de um ato político conjunto dos povos Tupinikim e Guarani o esforço de erguer um Opy (casa de reza Guarani) no meio do eucaliptal, onde se localizava antigamente a aldeia Tupinikim Olho d’Água, escolhida como lugar simbólico onde existia uma nascente de água que abastecia as famílias que ali viviam.

D. Glória, índia Tupinikim com cerca de 60 anos, nascida em Olho d’Água relata, em entrevista concedida durante a construção do Opy, que ali viviam seus pais, seus avós e todos os parentes deles, e que “tinha muita casa aqui, só que salteado, né, não era tudo junto, era tudo separado que nós morava aqui”. Esta reorganização espacial das casas não tem relação exclusiva com a diminuição intermitente do território Tupinikim, mas também

⁸ SILVA, Sandro José da. Ajustando quais condutas? Tempo e Espaço entre os Tupiniquins. Mosaico Revista de Ciências Sociais/Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Ciências Sociais. v.1, n.1 (1998). Vitória, ES.

com a redefinição sociocultural do espaço desencadeado pela interferência do Estado e de órgãos de tutela, quando estes tendem a desconsiderar seus sistemas de organização social baseados em pressupostos étnicos específicos. Pacheco de Oliveira pontua que:

“(…) se muitos fatores (internos e externos) podem ser indicados para explicar a passagem de uma sociedade segmentar à condição de sociedade centralizada, o elemento mais repetitivo e constante responsável por tal transformação é a sua incorporação dentro de uma situação colonial, sujeita, portanto, a um aparato político-administrativo que integra e representa um Estado (…) é um fato histórico — a presença colonial — que instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural.”⁹.



Ilustração 3: Construção do Opy (casa de reza Guarani) durante a retomada da aldeia Tupinikim Olho d'Água.

A perda do território e a necessidade de se organizarem em torno da luta pela terra foram determinantes na forma que os Tupinikim se viram obrigados a se organizarem para que

⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia Dos “Ídios Miaturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Revista Mana, 4(1):47-77, 1998.

seu território fosse reconhecido. Como aponta Silva (1998), “a ideia que os Tupinikim fazem do seu modo de vida no espaço contrasta, não apenas com a ocupação “racional” proposta pelo empreendimento agro-industrial da celulose, mas também com o modelo comunitário e autocontido da FUNAI, que cria rupturas incessantes entre as formas de organização indígena”¹⁰.

Recuperados, hoje, seus antigos espaços de construção social, saberes, e práticas, como estes espaços serão reapropriados, resignificados, reiventados a partir dos sentidos que emergem da sua reconquista? Agora eles são legalmente os “donos do lugar” (Cardoso, 1976) e têm a possibilidade de “recriar” seu modo de vida sem que o foco de sua organização seja a luta pela terra. Como e quais lembranças e memórias ligadas à vida na floresta, emergem, no meio do de um grande e estéril eucaliptal? Como afirma Pollak (1992), “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança (...) locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, (que) podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento ao grupo”¹¹.

O que procuro entender é como os Tupinikim vem se organizando e estruturando sua vida cotidiana dentro das áreas retomadas onde antigas aldeias existiam. Pacheco de Oliveira sugere que é a partir de fatos históricos que a organização social de grupos étnicos sofre mudanças e alterações¹², o que pode contribuir para explicar a reorganização Tupinikim em torno de áreas retomadas.

Nesse novo contexto, a possibilidade de retorno de indígenas dispersos é concreta, sendo válida a afirmação de que grupos étnicos são formados por uma crença subjetiva na origem comum (Weber, 2004), reforçada pela experiência vivida por inúmeras famílias de terem

¹⁰ SILVA, Sandro José da. Tempo e Espaço entre os Tupinikim. Campinas, SP, 2000.

¹¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

¹² "a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais". (Oliveira, 1993 apud Oliveira, 1999)

sido expulsas de suas casas devido a pressão sofrida com a chegada da multinacional Aracruz Celulose/FIBRIA na região.

Pessoas com laços distantes de parentesco, há muito tempo sem contato com os “parentes”¹³, tanto aldeados como urbanos, podem vir a alimentar um sentimento de pertença étnica que os mova na direção de reivindicar, neste território reconquistado, a parte que os pertence. Segundo Weber (2004) “a comunhão étnica não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias.”

Como os Tupinikim refletem e se projetam em termos de suas particularidades culturais? O que estará posto em prática neste novo tempo de antigas aldeias reerguidas? Comparando as experiências vividas por vários povos indígenas no Brasil que reconquistaram e tiveram seus territórios tradicionais demarcados, Pacheco de Oliveira sugere que

“(...) o surgimento de uma nova sociedade indígena não é apenas o ato de outorga de território, de "etnificação" puramente administrativa, de submissões, mandatos políticos e imposições culturais, é também aquele da comunhão de sentidos e valores, do batismo de cada um de seus membros, da obediência a uma autoridade simultaneamente religiosa e política. Só a elaboração de utopias (religiosas/ morais/políticas) permite a superação da contradição entre os objetivos históricos e o sentimento de lealdade às origens, transformando a identidade étnica em uma prática social efetiva, culminada pelo processo de territorialização.

Fotografia como o estopim para a construção da memória

Como dito acima, meu primeiro contato com os Tupinikim se deu através da documentação imagética da ação política de 2005 que culminou, anos mais tarde, na demarcação de seu território tradicional.

¹³ Referência que indígenas fazem a índios de outras etnias. (?)

Pretendo, então, partir das fotografias produzidas pelos Tupinikim em momentos diversos de suas vidas, na tentativa de provocar as memórias em torno de seu território ao qual antes tinham livre acesso e que hoje se apresenta constituído por um extenso eucaliptal. Estas fotografias, tanto oriundas de seus arquivos pessoais quanto as que solicitarei que façam no momento atual de reconstrução das “novas” aldeias, funcionarão como suporte para a construção da memória de tempos passados e de construção das percepções atuais em torno da luta para a conquista de seu território..

Parto na busca deste arquivo de fotografias por entender que “a vida dos grupos sociais e dos indivíduos passou a ser registrada muito mais pela imagem do que pelos livros de memória, cartas ou diários, e a memória individual e familiar passou a ser construída tendo por base o suporte imagético”(Von Simson, 1998)¹⁴

¹⁴ Von Simson, Olga R. De Moraes. Imagem e Memória in O Fotográfico. SAMAIN, Etienne. São Paulo, 1998.

Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia Dos “Ídios Miaturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais**. Revista Mana, 4(1):47-77, 1998.

OLIVEIRA, J. P. 1999 (?)

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e organização social**. São Paulo, Pioneira, 1976.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. **Cultura visual e afirmações identitárias: novos processos de reconhecimento social**. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007. Acesso em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/sergio_silva.pdf

SILVA, Sandro José da. **Tempo e espaço entre os Tupiniquim**. Campinas, SP. 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.1. Ed.UnB, 2004.